

INCLUSIVE EDUCATION: NEW CHALLENGES IN TEACHING AND LEARNING

Dói: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21812243>

Autora:

Elisabeth Araújo Barreira^[1]

^[1] Mestranda em Tecnologias Emergentes pela Must University

RESUMO

A educação inclusiva faz parte de um trabalho minucioso de desafios e de atitudes por parte dos educadores, gestores escolares e órgãos competentes. A justificativa deste trabalho está em despertar para os atores da educação, dos professores, gestores educacionais, pais de alunos e, principalmente, a sociedade de uma forma geral sobre a importância de se trabalhar a educação e a inclusão. A problematização construída é a seguinte: O trabalho de inclusão na escola precisa, antes de tudo, não só da capacitação por parte dos professores, mas principalmente do apoio e da instrução por parte dos pais? O objetivo geral foi o debate sobre a importância da aplicação da educação inclusiva e os novos desafios no ensino e aprendizado. A metodologia aplicada tem o seu teor bibliográfico. Autores importantes, como Lopes e Mendes (2024), e leis aplicadas, como a Constituição da República Federativa do Brasil de (1988), fizeram parte desta temática discursiva. Conclui-se, portanto, que a inclusão exige cumprimento, investimentos em recursos, reestruturação e uma maior participação por parte dos atores da educação e, principalmente, do apoio dos pais.

Palavra-chave: Capacitação. Educação. Inclusão. Professores

1 INTRODUÇÃO

Incluir faz parte de um trabalho desafiador para todos os profissionais que trabalham na educação, mas que isto está relacionado aos desafios das empresas públicas e privadas, de leis implantadas, pois diz respeito ao respeito e aos requisitos da dignidade da pessoa humana.

A educação inclusiva, portanto, não faz parte de uma proposta de projetos cada vez mais sólidos. Ela não está incorporada a uma ideia assistencialista, de bem-feitoria social; ela faz parte de um direito embasado por leis de extensão, não só nacionais, mas internacionais. A nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim como a realização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), fazem parte desta temática, assim como bandeiras que têm se projetado cada vez mais diante desta ação cada vez mais alinhada de respeito e integração diante das diferenças.

A justificativa deste trabalho está em despertar para os atores da educação, professores, gestores educacionais, pais de alunos e, principalmente, a sociedade de uma forma geral sobre a importância de se trabalhar a educação e a inclusão.

O cerne central desta temática diz respeito ao despertar da consciência de que todos os alunos são partícipes, têm as suas habilidades e competências que podem ser desenvolvidas e estimuladas, as diferenças podem ser trabalhadas pelos professores, portanto, independentemente de deficiências, de transtornos apresentados no aprendizado dos discentes, de culturas diversas, todas têm direito a uma educação que possa ser integrativa, em que o ambiente escolar seja comum para todos, com suporte adequado e eficaz diante do ensino e aprendizagem.

A problematização construída é a seguinte: O trabalho de inclusão na escola precisa, antes de tudo, não só da capacitação por parte dos professores, mas principalmente do apoio e da instrução por parte dos pais.

O ensino e o aprendizado inclusivos exigem, antes de tudo, planejamento por parte das instituições escolares, de projetos voltados à estrutura dos estabelecimentos de ensino, assim como da participação dos órgãos públicos. Deste modo, partindo para o objetivo geral, é importante citar: debater sobre a importância da aplicação da educação inclusiva e os novos desafios no ensino e aprendizado. Já os objetivos específicos são: referendar os desafios estruturais e organizacionais da educação inclusiva e a lei aplicada; analisar a formação e capacitação do professor diante do

trabalho da inclusão; discutir as práticas pedagógicas e o trabalho de avaliação inclusiva.

Por outro lado, a implementação efetiva de novos modelos voltados à educação inclusiva e os seus desafios para todos os atores envolvidos da educação têm revelado novos progressos, projetos e renovação da educação que temos e da instituição escolar que queremos ter, seja ela pública ou privada. A metodologia aplicada tem o seu teor bibliográfico. Autores importantes, como Lopes e Mendes (2024), e leis aplicadas, como a Constituição da República Federativa do Brasil de (1988), fizeram parte desta temática discursiva.

2 OS DESAFIOS ESTRUTURAIS E ORGANIZACIONAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEI APLICADA

A educação inclusiva está diretamente constituída no quadro do trabalho de inclusão de crianças e adolescentes no que diz respeito ao cenário educativo e à formação do ser humano em desenvolvimento, em que as potencialidades e habilidades precisam ser apreciadas, estimuladas e respeitadas. A escola tem como foco capacitar o ser humano para que este possa desenvolver a leitura e a escrita, para que ele possa evoluir como cidadão, como profissional, pessoa que evolui diante do saber. A instituição escolar tem um papel especial; a educação faz parte do desenvolvimento cognitivo, social, físico e integrativo dos jovens que têm acesso ao universo escolar.

A instituição escolar tem o seu papel não só de alfabetizar, de incluir, como também de instruir e de amenizar toda e qualquer forma de preconceito que possa ocorrer na sociedade, principalmente no que diz respeito às crianças e jovens autistas, às pessoas com TDAH, enfim, todos aqueles que necessitam de um tratamento diferenciado. A instituição escolar tem o papel de integração desses educandos e, com isto, garantir o seu direito constitucional e sua dignidade.

A Constituição Federal de 1988, (*online*) em seu artigo 5º, diante dos seus direitos fundamentais, diz que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade(...)”. Todos são iguais perante a lei, todos devem fazer parte dos seus

direitos e que estes possam ser pactuados no dia a dia. Infelizmente, as barreiras apresentadas diante da educação ainda permanecem como as barreiras arquitetônicas que, por uma falta de planejamento, contribuem para a exclusão, portanto precisam ser revistas.

A falta de instrumentos necessários para a adaptação das pessoas com deficiência, enfim, todos estes elementos pontuados fazem parte de uma reflexão sobre a educação que temos e a escola que queremos implantar quando a temática diz respeito à inclusão.

A aplicação das tecnologias assistivas e de teor estratégico no que diz respeito ao cenário pedagógico e sua aplicação inclusiva não são meros acessórios aplicados a uma necessidade específica: são, antes de tudo, ferramentas que possam vir a garantir o trabalho de equidade aplicada, e que estes possam estar acessíveis e, ao mesmo tempo, bem direcionados, organizados e orientados frente ao seu real fim, o trabalho de inclusão.

Infelizmente ainda nos deparamos com um certo engessamento dos programas escolares, em que o cenário de composição dos alunos tende a fazer parte do “perfil médio” de discentes, com isto, não apresentando ajustes para a adequação por parte dos currículos implantados, ou seja, para as reais mudanças que se fazem necessárias.

A presença física do discente no estabelecimento escolar regular não é garantia de inclusão, pois a rigidez da estrutura escolar, a escassez de recursos, a falta de capacitação específica por parte dos docentes, a sobrecarga de sua atividade laborativa, o número grande de turmas que precisam ser trabalhadas, as múltiplas funções a serem realizadas, assim como a falta de planejamento curricular frente aos novos desafios da educação, refletem na problemática de um trabalho eficaz no que diz respeito a inclusão dos discentes.

A organização do sistema de ensino ainda carrega resquícios do modelo segregado, com a manutenção de espaços e práticas que mantêm alunos com necessidades diferenciadas à margem da convivência e da participação coletiva. Ferreira e Silva (2025) citam que, entre os principais entraves organizacionais, destacam-se a sobrecarga por parte do professor, por outro lado, a ausência de implantação de projetos voltados aos planejamentos da escola, de investimentos e capacitação eficaz que possa atender à crescente demanda dos alunos. Desse modo, não há dúvida de que a escassez de profissionais de apoio especializados, como tradutores

de Libras, profissionais que possam trazer um apoio pedagógico maior, assim como a assistência educacional e a atuação integrada à equipe de professores.

Segundo Lope e Mendes (2024), a organização escolar, infelizmente, ainda é mantenedora de modelo que separa, que desassocia; deste modo, a falta de articulação entre professores, equipe e diretores, somada a um currículo voltado a um “perfil único” de discente, impede que a diversidade seja de certo modo aplicada, retardando os projetos voltados à inclusão.

2.1 A formação e capacitação do professor diante do trabalho da inclusão

O cenário da educação é constituído de desafios, de renovação, de projetos que precisam estar alinhados às condições dos alunos, às suas séries e às suas condições especiais, que precisam ser revistas e trabalhadas de forma diferenciada. Para isso, faz-se necessário que haja, antes de tudo, uma boa formação por parte dos professores. A equipe de mestres precisa estar atenta às novas vivências da educação e às novidades vivenciadas e compartilhadas nesta área, e principalmente no que diz respeito ao trabalho de inclusão.

A educação inclusiva não está limitada à mera presença física dos discentes em sala de aula; exige, antes de tudo, uma revisão detalhada e cuidadosa no que diz respeito à questão curricular aplicada na escola, à capacitação por parte dos professores, à presença de psicopedagogos, de psicólogos. Portanto, exige por parte da instituição um corpo de profissionais prontos para este trabalho de inclusão e desenvolvimento dos alunos e suas particularidades.

A formação e capacitação dos professores para o magistério e, em especial, para as crianças e adolescentes que necessitam de um acompanhamento diferencial, fazem parte de um trabalho minucioso. A inclusão é democrática quando constituída dos princípios dialógicos. Deste modo, pode-se afirmar que a sua formação é uma área delicada, pois exige que a escola procure estar atenta às novas plataformas de inclusão e recepção às possíveis diferenças diante do ensino e aprendizado.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) se fortalece quando presente na formação inicial e que esta possa ser contínua, pois o ato de aprender é um processo de construção, de mudanças, de elaboração de projetos, de mudanças de currículo, de planejar e acreditar que é possível realizar mudanças. O professor

reconhece o seu papel na educação e é ciente da importância do seu ofício e desafios. A formação e capacitação dos docentes fazem parte de um dos pilares críticos mais destacados nas pesquisas atuais. Muitos apresentam depoimentos nos anais da pesquisa da educação ao sentirem-se despreparados para lidar com a diversidade presente em sala de aula, onde a sua formação inicial traz de forma superficial a abordagem da educação inclusiva de forma transversal e prática.

Não há dúvida de que, diante destes novos desafios vivenciados na educação hoje, existe um novo despertar para um trabalho de capacitação e realização de trabalho ostensivo por parte dos profissionais da educação. O professor é, sem sombra de dúvida, o profissional que precisa ter uma preparação mais arrojada diante desta questão da inclusão.

Coelho (2012) fundamenta que a inclusão de pessoas com deficiência exige, por parte do professor, uma formação e zelo para o maior número de profissionais nesta área, diante do trabalho pedagógico. O trabalho dos professores tem sido cada vez mais dinâmico diante das pessoas com deficiência de menor e maior grau. Que as autoridades competentes da saúde e da educação possam ministrar palestras, aplicar eventos de inclusão e informação sobre este assunto, não só para os profissionais da educação, mas principalmente para os pais.

A família não se restringe; é mais do que nunca uma verdadeira parceira diante da construção de uma cultura de inclusão, pois o ato de aprender está além do espaço escolar, do espaço formal de construção do saber. A família tem também a sua contribuição e acaba por auxiliar o professor. A inclusão educacional diante das pessoas com deficiência tem sido cada vez mais discutida e trabalhada por órgãos públicos e privados. Gestores educacionais e a sociedade, por um todo, têm discutido sobre esta temática. Os familiares têm o seu papel indispensável no que diz respeito ao acompanhamento e desenvolvimento destas crianças e jovens em formação.

Para Herrera-Muñoz, S. M. et al. (2025) O DUA fundamenta que o ensino deve ser, antes de tudo, metódico, sistematizado, organizado, planejado desde o início. A inclusão abrange todas as formas de diferença; ela faz parte do processo de competências para aplicar o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), processos metodológicos que propõe o ato de planejar o ensino desde o início com múltiplas formas de apresentação do conteúdo, de expressão do conhecimento e de engajamento dos discentes.

Promover a formação continuada contextualizada, que não se restrinja a palestras isoladas, mas que envolva acompanhamento pedagógico, trocas de experiências e reflexão sobre a prática cotidiana; estimular a colaboração entre diferentes profissionais, rompendo com a cultura do trabalho individual em sala de aula.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O TRABALHO DE AVALIAÇÃO INCLUSIVA

O aprendizado faz parte de um processo contínuo e inacabado; faz-se necessário referendar que as mudanças de mentalidade influenciam diretamente nas práticas de ensino, assim como no processo de avaliação, de inclusão. Ainda é comum que se busque “adaptar o aluno à escola”, em vez de adaptar o ensino às possibilidades e ritmos de cada estudante.

Montoan (2015) diz que a integração ocorre em uma base importante que permite ao aluno transitar entre diferentes modalidades de atendimento e acompanhamento, como a vivência no ensino regular, especial e isto proporcional à sua condição, pois só assim é possível realizar um trabalho de forma mais eficaz.

Segundo Ritter e Negreira (2026), a avaliação inclusiva dispensa o padrão único; ela se preocupa com o teor do aprendizado, está além do exame. O ato de avaliar faz parte de um processo amplo e complexo, pois visualiza o aluno no seu todo, faz parte do processo de aplicação de métodos que reavaliam o aprender, a diversidade, o respeito às diferenças.

O ensino e a aprendizagem no que diz respeito à inclusão das crianças autistas é um trabalho cada vez mais discutido por profissionais de diversas áreas. As escolas têm se capacitado diante desta questão. Lopes e Mendes (2023) dizem que a efetivação da inclusão depende de equipes integradas, pois só assim é possível repensar a sobreposição de funções de apoio que possa vir a fragilizar a participação plena dos discentes. Profissionais de educação, psicólogos, neurologistas e psicopedagogos têm procurado trabalhar para uma melhor preparação de compreensão e do comportamento das crianças e jovens na escola, observando as suas potencialidades, suas habilidades e o que precisa ser estimulado frente a algum possível distúrbio que possa vir a comprometer o seu desenvolvimento.

Ensinar, portanto, faz parte da inclusão, da integração da criança no seio natural da

sociedade, como também das escolas regulares. Segundo Gomes et al. (2025), entre a lei e a sala de aula persiste um certo distanciamento; a inclusão avança no plano de caráter normativo, mas esbarra diretamente na falta de recursos, na formação e em investimento em práticas que possam auxiliar e contribuir de forma positiva para o afeto. Os desafios mais recentes incluem o ato de substituir metodologias baseadas na transmissão de conhecimento por estratégias participativas, de teor colaborativo e de caráter contextualizado, que possam vir a valorizar os conhecimentos prévios de cada discente.

As práticas pedagógicas inclusivas e o seu processo de avaliação formativa caminham juntas, pois, enquanto a primeira reconhece diferentes caminhos do aprendizado constituído, a segunda renuncia à classificação rígida para se tornar diagnóstica e de teor contínuo, capaz de orientar intervenções que realmente fazem parte da grande diferença. A avaliação é diferente do exame; ela está além do preceito engessado de notas, de número, de provas que acabam não avaliando, não incluindo, mas excluindo e rotulando. É importante que se pense na avaliação como um processo diferenciado, que observa o aluno no todo, não se limita a uma prova, mas a um contexto que pode ser trabalhado, pois só assim estamos verdadeiramente falando de inclusão.

Integrar tecnologias educacionais como ferramentas de acessibilidade e de ampliação de possibilidades de participação, e não apenas como recursos complementares. A educação inclusiva não se faz apenas dentro do estabelecimento escolar; ela faz parte de um preceito social, cultural, geográfico, ético, moral, de costumes e valores da sociedade vigente. O combate a preconceitos e estereótipos são temáticas que podem ser discutidas em sala de aula e que se estendem para o mundo. A educação é base de estrutura e de formação da cultura crítica e reflexiva do ser humano em desenvolvimento.

A superação da visão de que a inclusão é uma “responsabilidade apenas da escola” já não mais se aplica; exige políticas voltadas a esta discussão, órgãos públicos integrados que envolvam saúde, assistência social e trabalho. Martins e Ferreira (2025) o Desenho Universal para a Aprendizagem redefine também a avaliação: ao prever desde o início múltiplas alternativas de demonstração do aprendizado, elimina a necessidade de ‘ajustes tardios’ e coloca a equidade no cerne do planejamento pedagógico. Os métodos empreendidos diante da educação para a criança autista fazem parte de um desafio diferenciado diante da avaliação destas crianças. Na realidade, o exame tradicional não mais se aplica nas escolas, sejam elas regulares ou especiais; o desenvolvimento da criança precisa ser revisto diante

de uma avaliação diferenciada.

Rocha; Oliveira (2025) apontam que a avaliação inclusiva não se reduz a aplicar provas com adaptações: ela exige mudar a lógica do ensino, planejar múltiplas formas de apresentar o conteúdo, de expressar o saber e de acompanhar o percurso, tornando a avaliação ela própria uma estratégia de acessibilidade. O ato de avaliar é muito mais amplo, pois as escolas precisam se projetar a este novo ciclo de inclusão e melhorias no relacionamento com as crianças autistas, como também da sua formação e integração na sociedade que o constitui. As escolas precisam rever os seus projetos e estratégias metodológicos e didáticos da educação.

Não há avaliação inclusiva sem participação, pois envolver o discente, a família e profissionais de apoio na definição de metas e critérios transforma o ato de avaliar em momento dialógico, de reconhecimento e fortalecimento da autonomia. Mudanças se fazem necessárias no que diz respeito à avaliação e exames nas escolas. É importante que haja um novo olhar da educação, principalmente da educação inclusiva, entre as crianças com deficiências nas escolas regulares. As crianças autistas começam a fazer parte de uma pedagogia cada vez mais inclusiva; de forma gradativa, os métodos avaliativos nas escolas têm sido discutidos entre estudiosos de renome. Cabe ao professor, em parceria com a família, fazer um trabalho diferenciado com as crianças autistas.

4 CONCLUSÃO

A educação inclusiva faz parte de um estudo profundo por parte dos atores da educação: coordenadores, diretores, supervisores, professores, gestores educacionais e políticas públicas fazem parte deste processo contínuo da educação. É importante pontuar que, se por um lado avançamos muito em termos legais e de conscientização, por outro enfrentamos desafios que exigem mais do que medidas isoladas; demandam, antes de tudo, uma mudança de paradigma em que a diversidade seja, a partir de agora, vista como algo que pode ser resolvido, trabalhado, melhorado a cada tempo. Professores e demais integrantes da educação fazem parte desta jornada.

A educação está além da sala de aula; a criança tem como base de sua educação o seio familiar. É por meio da base da família que a criança vivencia os seus primeiros

passos, o seu contato com o mundo. A escola faz parte desta continuação; os professores têm o papel e dever de ensinar, os pais têm obrigação de educar, de incluir, de respeitar as diferenças que precisam ser trabalhadas.

O professor é o profissional que integra a criança diante de um novo universo; com o contato com outras crianças, ela passa a se integrar, a ser incluída, desenvolve as suas habilidades e competências. O professor tem o trabalho especial de mediação do saber. Por outro lado, superar esses obstáculos requer investimentos em formação, infraestrutura e recursos e, acima de tudo, requer o compromisso de cada professor, de cada gestor escolar e, principalmente, por parte dos pais, em construir uma escola que seja realmente acolhedora e que venha a promover o desenvolvimento de cada aluno em sua singularidade. A inclusão não é um favor feito a alguns: é a base para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática para todos.

REFERÊNCIAS

COELHO, Cristina M. Madeira. **Formação docente e sentidos da docência: p sujeito que ensina, aprende.** IN: SCOZ, Beatriz Judith Lima; MARTINEZ, Albertina Mitjans. Ensino e Aprendizagem – a Subjetividade em Foco. Editora Liber, livro, 2012.

FERREIRA, Lucicleide Cavalcante; SILVA, Rosana de Fátima. **Exaustão docente e inclusão: a relação entre estrutura escolar e condições de trabalho.** **Revista Aurora de Educação**, v. 9, n. 1, p. 08-09, 2025. DOI: 10.63330/aurumpub.020-001. Acesso em: 27 jul. 2025.

GOMES, J. F.; SILVA, R. C.; COSTA, L. M. **Políticas públicas e educação inclusiva: avanços e desafios.** **Revista Tópicos em Educação**, v. 18, n. 2, p. 201-218, 2025. Disponível em: <<https://revistatopicos.com.br/artigos/politicas-publicas-e-educacao-inclusiva>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

HERRERA-MUÑOZ, Sandra Marivel et al. **O Desenho Universal para a Aprendizagem na educação básica.** **Revista Innova Science**, v. 3, n. 4, p.

682-695, 2025. DOI: 10.63618/omd/isj/v3/n4/166. Acesso em: 26 jul. 2025.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desafios organizacionais à inclusão: da política à prática institucional. Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, n.2, p.212213, 2024.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/9kfV8zqGqjxP4sKzq7qX7r/>> Acesso em: 27 jul. 2025.

_____, **Profissionais de apoio à inclusão escolar: análise da contratação e atuação em municípios brasileiros. Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280081, p. 1-18, 2023. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yqP8xC4sNCMRTRRqjXPBw8w>> Acesso em: 27 jul. 2025.

MARTINS, Ana Paula; FERREIRA, Carlos Roberto Wensing. **DUA e avaliação inclusiva: integração necessária. Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 23, n. 2, p. 141-158, 2025. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/68927>> Acesso em: 27 jul. 2025.

MONTOAN; M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2015.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; OLIVEIRA, Márcia Cristina Pletsch de; ESTEF, S. **A avaliação como estratégia de acessibilidade e inclusão no processo formativo. EaD em Foco**, v. 15, n. 2, e2585, p. 01-15, 2025. DOI: 10.18264/eadf.v15i2.2585. Acesso em: 27 jul. 2025.

